

# boletim@telecom

Partido Comunista Português // Mar - Abril 2019

**€1.576,2 M**

Receitas NOS 2018, + 1,1%

**€890 mil**

Miguel Almeida 2017

**€141,4 M**

Lucros NOS 2018

**15%**

Aumento salarial de Miguel Almeida (2015-2017)

**+15,8%**

Em relação a 2017

**€600**

Salário base da maioria dos trabalhadores

**€179,6 M**

Dividendos a distribuir pelos accionistas

**0%**

Aumento salarial para os trabalhadores

Façamos algumas contas "redondas" ...

1. Miguel Almeida (NOS) recebeu 106 vezes mais do que um trabalhador que ganhe o salário mínimo nacional.

A disparidade entre o topo e a base não pára de crescer.

2. Quanto tempo tem de "trabalhar" Miguel Almeida para ganhar o mesmo que um trabalhador do Call center da NOS?

99 minutos: 1 hora e 38 minutos. São 6,12€/minuto, 367€/hora.

4. E quanto tempo tens tu que trabalhar para ganhar o que Miguel Almeida ganha num dia?

3 meses e meio (106 dias)

Tu tens o teu salário congelado há anos (com a excepção dos aumentos do salário mínimo) e ele, cada vez que respira, está mais rico!

Por outro lado, distribuem mais dividendos do que os lucros, o que significa uma descapitalização (leia-se destruição) da empresa, para assim poderem pôr mais uns milhões nos bolsos dos accionistas.

Nesta edição:

Pg1

NOS: Lucros aos milhões, tostões aos trabalhadores

Pg2

Call Centers: mais uma vitória dos trabalhadores

Pg3

João Ferreira contacta trabalhadores

Pg4

Avançar é preciso!

Vamos à luta!

**Compra já a tua EP**

e poupa 11,5€

**EP**

Título de Solidariedade

**26 euros até**

**5 de Setembro**

37,5 milhões € 1 a 3 de Setembro.

2. Avança a tua luta, em Lisboa

as 19h no Teatro da

Associação de



**Não há Festa como esta!**

# APROVADO! PROJECTO DE RESOLUÇÃO DO PCP NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



“Recomenda ao governo a criação e regulamentação da profissão de operador de centros de contacto, reforço de direitos de pausa, descanso, higiene e saúde e segurança no trabalho

Mais um passo na luta dos trabalhadores dos call centers! O projecto de resolução do PCP foi aprovado na Assembleia da República, ainda que com as vergonhosas abstenções de PS, PSD e CDS.

Foram aprovadas as seguintes resoluções:

“1. A criação e regulamentação da profissão de operador de centro de contactos, incluindo reconhecimento das categorias profissionais adequadas;

2. Obrigatoriedade de assegurar formação especializada e remunerada;

3. Realização de uma ação inspetiva em todo o território nacional visando o cumprimento da lei e a fiscalização das condições de trabalho, tomando todas as diligências sancionatórias subsequentes;

4. Elaboração no prazo de seis meses, através da ACT, um Relatório sobre condições de Higiene, Saúde, Segurança e Condições de Trabalho no sector dos Call e Contact Center, monitorizando:

4.1. Nº de trabalhadores efetivos nas empresas de trabalho temporário e número de trabalhadores nas empresas de outsourcing/prestadoras de serviço;  
(...)

4.4. Nível de cumprimento das pausas e períodos de descanso;

4.5. Higiene dos instrumentos e locais de trabalho;

4.6. Cumprimento enquadramento legal relativo à prevenção e reparação de doenças profissionais e acidentes de trabalho;

5. Reforço dos cuidados de saúde, semestralmente, nomeadamente exames médicos de optometria, oftalmologia, otorrinolaringologia, musculoesqueléticas;



6. Obrigatoriedade de assegurar a cada trabalhador equipamento próprio pessoal e intransmissível.”

Esta é uma vitória, ainda que limitada, dos trabalhadores que mesmo nas mais difíceis condições não deixaram de exigir a garantia dos seus direitos. Mas, como sempre dissemos, é preciso ir muito mais longe, é necessário passar do papel à prática, exigindo a concretização desta resolução em cada local de trabalho. Mas é, sobretudo, necessário valorizar estes trabalhadores através do aumento dos seus salários, do combate à precariedade e à prestação de serviços, com a defesa e aplicação da contratação colectiva.

Para leres o PR completo: [bit.ly/PRPCPC](http://bit.ly/PRPCPC)

# POR UM SECTOR DAS TELECOMUNICAÇÕES AO SERVIÇO DO POVO E DO PAÍS!

João Ferreira participa em acções no Centro de Contactos da Afonso Costa e na PT Picoas

A célula das Telecomunicações da Org. Regional de Lisboa do PCP realizou acções de contacto com os trabalhadores do sector com a participação de João Ferreira - deputado do PCP no Parlamento Europeu (P.E.) e 1º candidato às eleições ao mesmo órgão (a realizar a 26 de Maio deste ano).

À porta da PT na Av. Afonso Costa, foi distribuída uma declaração sobre “a necessária valorização dos trabalhadores dos centros de contacto”, onde o PCP e a CDU reafirmam que “é inadiável a valorização dos trabalhadores, nomeadamente através do aumento dos salários e de outras compensações remuneratórias. É inadiável o combate à precariedade, a urgente melhoria das condições de trabalho e o respeito integral por períodos de pausas e descanso mais longos e regulares. Para a CDU, os trabalhadores estão no centro do processo produtivo, são quem cria a riqueza e quem tem direito a usufruir de uma vida digna e estável.”

Consulta esta declaração e a pergunta no P.E. em:

- [http://bit.ly/decl\\_jf\\_cc](http://bit.ly/decl_jf_cc)
- [http://bit.ly/pg\\_jf\\_cc](http://bit.ly/pg_jf_cc)



As acções prosseguiram em Picoas, junto à sede da PT/MEO/ALTICE, onde após uma reunião com sindicatos e com a comissão de trabalhadores, foi possível ouvir e confirmar as preocupações e reivindicações dos trabalhadores, bem como a denúncia que temos vindo a fazer: “O estado do sector das telecomunicações, a crescente exploração dos seus trabalhadores e dos recursos e infra-estruturas públicas, é uma das faces mais visíveis do processo de integração capitalista na União Europeia, com a consequente perda de soberania, a destruição de sectores estratégicos nacionais, a liberalização e as privatizações. As consequências são bem visíveis para as populações, para os interesses nacionais, para o interesse público. Benefícios só mesmo para as multinacionais do sector que promovem e beneficiam da concentração monopolista, em que as grandes empresas – como a Vodafone, a NOS, a ALTICE – aumentam os seus milhares de milhões de euros de lucros todos anos.”

Consulta a declaração e pergunta no P.E. em:

- [http://bit.ly/decl\\_jf\\_telecom](http://bit.ly/decl_jf_telecom)
- [http://bit.ly/pg\\_jf\\_telecom](http://bit.ly/pg_jf_telecom)

**MAIS  
FORÇA À** **CDU**

PCP - PEV





## Pela revogação das normas gravosas do código do trabalho, vamos à luta!

A proposta de alteração ao código do trabalho apresentada pelo governo PS, longe de romper com a política de direita, é mais um ataque gravoso às condições e direitos laborais dos trabalhadores portugueses, que conta com o apoio do PSD e CDS na manutenção e reforço da precariedade, recusando o aumento do salário mínimo para 650€, bem como a revogação da caducidade da contratação colectiva, como propôs o PCP, persistindo, por outro lado, na imposição de limites à contratação de trabalhadores na administração pública.

A atual proposta de alteração promove ataques à contratação colectiva e contribui de forma inequívoca para o aumento da precariedade e para a completa desregulação dos horários de trabalho. Medidas como o aumento do período experimental para 180 dias, promovendo a instabilidade e insegurança dos postos de trabalho, a manutenção do banco de horas grupal e do corte nos dias de férias, ou a não reposição do valor do trabalho suplementar, põem a nu mais uma afronta aos direitos laborais por parte do patronato e do capital, que obriga à intensificação da luta dos trabalhadores pela dignidade das suas condições de trabalho.

O PCP continuará a bater-se para que a cada posto de trabalho corresponda um vínculo efectivo, pela redução dos horários de trabalho, a sua fixação e cumprimento, pelo respeito dos tempos de descanso e as respectivas condições de pagamento e compensação, bem como por medidas que permitam a articulação da vida pessoal e profissional. É urgente garantir as 35 horas de trabalho semanal a todos os trabalhadores, no sector público e no privado, sem perda de remuneração. É urgente reforçar os direitos dos trabalhadores por turnos e garantir o respeito total pelos direitos de maternidade e paternidade.

Pela revogação das normas gravosas da legislação laboral e contra as alterações negativas do código do trabalho, estão marcadas várias jornadas de luta para as quais o PCP apela à participação dos trabalhadores na reivindicação por melhores salários e condições de trabalho, por horários dignos, contra a precariedade.

Já no próximo dia 28 de Março, está marcada a Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores; pela revogação das alterações ao código laboral, está marcada nova manifestação da CGTP dia 11 de Abril; e pelos valores de Abril, desceremos a Avenida da Liberdade no 45º aniversário do 25 de Abril e celebraremos mais um 1º de Maio - Dia do Trabalhador.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Boletim da Célula das Telecomunicações do PCP